Google fiscalizado pelos governos?
Pedro Doria

Navegar Impreciso

Bill Thompson tem uma idéia fixa: ele acha que os governos deveriam começar a pensar em regulamentar os sites de busca - a começar pelo Google.

Ele me contou de suas idéias enquanto dividíamos uma cerveja na Vila Madalena, após sua apresentação no seminário de mídias digitais do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, na semana passada. Thompson é um inglês grandalhão, colunista de tecnologia da BBC - no rádio e no site -; foi quem pôs no ar o primeiro site do jornal britânico The Guardian, uma das transições mais bem elaboradas do impresso para a web.

Currículo bacana, ele tem. E essas idéias estranhas.

Sua questão é a seguinte: o Google sabe demais a nosso respeito. Sabe de nossos hábitos no Orkut, tem acesso a nossos e-mails se usamos o Gmail; o Google tem idéia de cada busca que fazemos, por mais secreta, na calada da noite. Nossos segredos mais íntimos é com o Google que dividimos. E lá está, em seus bancos de dados, a lista de todas as buscas que nós fizemos pessoalmente.

Convenhamos: o Google é o centro da internet. Não há site mais importante em toda a rede. Em 2006, o Google decidiu que o site alemão da BMW estava trapaceando para conseguir um lugar mais alto no ranking dos sistemas de buscas. Então decidiu puni-lo: ninguém mais encontraria a versão alemã da BMW online. Muitos tentam passar a perna no Google a toda hora, mudando a diagramação das páginas, espalhando algumas palavras-chave - às vezes, mentindo. Tudo para sair bem no alto da lista.

É bom que eles punam os trapaceiros. Mas vejamos por outro lado: é muito poder. Se o Google decidir seja lá por que critérios que alguém deve ser banido de suas buscas, ele será. Em momento algum - nem no caso do banimento da BMW - os rapazes de nossa busca favorita pareceram agir de má-fé. Mas digamos que errem.

Ser banido do Google é como ser apagado da internet.

O serviço que o Google - e qualquer outra empresa do tipo - presta é tão sério, tão essencial à sociedade, que tem de ser regulamentado pelo governo da mesma forma que a distribuição de eletricidade, seguros de saúde, o acesso às ondas de rádio ou sistemas de telefonia.

Pensando bem, Thompson tem toda razão.

Mas nada é tão simples. Um caso: o Brasil é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (NNPT, na sigla em inglês). O País tem várias restrições por conta - fica impedido de produzir certos tipos de aço, por exemplo. E de tempos em tempos baixa uma comissão de especialistas para examinar nossas instalações.

Aconteceu isso faz uns dois anos. E os fiscais queriam porque queriam ver determinados equipamentos brasileiros. Não lhes foi permitido - e a pressão da ONU foi grande. Mas era espionagem industrial. Muito pouca gente entende com profundidade de armas nucleares ou de sistemas de busca. Quem entende representa certos interesses. A linha entre o inspetor e o representante de uma nação estrangeira é tênue. Queriam ver tecnologia que era brasileira - não é um jogo para inocentes.

Quem fiscalizaria o Google em nome de um governo? Quem reveria suas linhas de código? Eles têm a melhor tecnologia que há por aí e o melhor banco de dados.

Meu amigo Bill Thompson tem toda razão. Não é uma questão, aqui, de ser intervencionista. De considerar que o Estado deva sair se metendo nos negócios de todo mundo. Apenas é

reconhecer o fato de que precisamos de uma Vigilância Sanitária para garantir que a alface que compramos no supermercado está fresca e a carne, sem bicho.

Talvez precisemos de um mecanismo internacional para garantir que Google, Yahoo!, Lycos e todos os similares não façam nada com nossos dados e não apaguem ninguém da rede à toa sem que saibamos ao menos o porquê. É jovem, ainda, a internet.

Fonte: O Estado de S.Paulo, São Paulo, 16 jun. 2008, Link, p. L13.

A utilização deste artigo é exclusivo para fins educacionais.